

## LGBT: UM ALFABETO INTEIRO DE SUBALTERNIZADOS POLÍTICOS NAS ELEIÇÕES BRASILEIRAS DE 2014 E 2016

Shirlei Santos de Jesus Silva; Felipe Bruno Fernandes Martins

*Universidade Federal da Bahia*

*shirlei.sjs@hotmail.com / fernandes.felipe@ufba.br*

### **Resumo**

O presente trabalho, com base na antropologia feminista, busca analisar a participação de lésbicas, gays, bissexuais, trans\* (LGBT) na política, particularmente nas disputas eleitorais ocorridas no Brasil em 2014 e 2016. O foco central são as disputas por representatividade nos poderes executivo e legislativo postas a cabo por esses sujeitos. Articulando dados estatísticos disponíveis no sítio eletrônico do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), bem como dados etnográficos e entrevistas semi-estruturadas foi possível construir uma análise sobre a participação LGBT na política formal do Brasil. A partir das campanhas políticas e dos discursos que circularam sobre sexualidade no período eleitoral, percebe-se que o heterossexismo é uma barreira para que parcelas da população que desviam das normas hegemônicas de sexualidade alcancem sucesso eleitoral.

**Palavras-Chave:** Eleições, Heterossexismo, Representatividade, Participação Política, Subalternidade.

### **Introdução**

A participação de lésbicas, gays, bissexuais, trans\* (LGBT) na política formal brasileira tem sido cada vez mais visível. Nas últimas eleições, candidatas e candidatos não-heterossexuais estiveram presentes nas campanhas com um projeto político de combate à LGBTfobia articulado com perspectivas mais amplas de justiça social. A bandeira do arco-íris foi um símbolo presente nas campanhas políticas, usada principalmente por candidatas e candidatos que expõem sua condição subalternizada como afirmação de sua prioridade política. Apesar dessa intensa participação, a condição subalternizada das/os LGBT não garantiu o sucesso eleitoral, visto que o heterossexismo da política brasileira é uma barreira para a representação desses grupos. A partir dessa ideia apresentarei primeiro as teorias decoloniais e interseccionais que sustentam essa análise para posteriormente refletir sobre os dados estatísticos e etnográficos que descrevem a participação política LGBT nas eleições de 2014 e 2016 e, por fim, demonstrarei como se opera o heterossexismo na política brasileira.

Para falarmos sobre grupos subalternizados precisamos falar sobre interseccionalidade, para melhor compreender como os sistemas discriminatórios, podem atuar em formatos diferentes e imbricados. Segundo Kimberlé Crenshaw (2002), *“a interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação”* (p. 177), ou seja, vem a compreender como os sistemas discriminatórios estruturam as posições relativas de mulheres, negras e negros, indígenas, pobres, LGBT, deficientes e outras. Já Anahi Guedes de Mello (2016) aponta que para as mulheres lésbicas deficientes a corponormatividade pesa assim como o sexismo e a lesbofobia, fazendo com que duplas ou triplas discriminações criem situações específicas de opressão e sub-representação. Desta forma a análise interseccional que leve em conta dois ou mais marcadores sociais da diferença nos ajuda a compreender como os sistemas discriminatórios atuam tanto sobre o indivíduo como sobre o grupo. Pontuando assim a necessidade de colocar todas as dimensões em primeiro plano, para não ocorrer a “subinclusão”, em que a diferença é invisível ao conjunto de problemas, ou a “superinclusão”, quando a própria diferença é invisível (CRENSHAW,2002).

Para Audre Lorde (1983) não há hierarquia de opressão, pois nossas opressões não funcionam como camadas, que podem ser retiradas, mas estas se entrecruzam e intensificam os sistemas discriminatórios. Consequentemente, para melhor compreender, é preciso modificar o modelo categórico que vivemos, que parte da análise dominante, “de cima para baixo”. Esse modelo categórico é muito semelhante ao sistema político que encontramos no Brasil. Karina Kuschnir (2000) reflete sobre o processo eleitoral no Rio de Janeiro, estabelecendo um comparativo das campanhas para vereadores e categorizando a divisão de zonas da cidade e os usos que fazem os políticos incorporando em seus discursos grupos sociais. As campanhas políticas são dirigidas aos grupos que se pretende atingir, fazendo com que os partidos políticos construam o perfil deste representante político. Nesse sentido há diversidade nos processos eleitorais com várias candidatas e candidatos de grupos subalternizados, o que não os/as garante sucesso eleitoral.

Mas, Pode o Subalterno Falar? É a partir dessa pergunta que se funda a corrente teórica decolonial. As teorias decoloniais denunciam a incongruência de tentar explicar o mundo a partir do ponto de vista eurocêntrico, em que impera a concepção de soberania do sujeito que retira do subalterno a autonomia de fala e, principalmente, não escuta a sua voz. Para Gayatri Spivak (2010) o termo representação pode ser compreendido como “falar por” e a autora pontua que a representação pode também ser vista como re-representação, em que o próprio sujeito fala por si. Qual o tipo de representação temos na política brasileira? Como os estudos sobre subalternos

podem contribuir para explicarmos a sub-representação desses grupos na política? Para o Coletivo Combahee River (1977) “*Compreende-se que a libertação de todos os povos oprimidos exige a destruição dos sistemas político-econômicos do capitalismo e do imperialismo, assim como do patriarcado*”, sistemas que imbricados influenciam nesta sub-representação.

## **Metodologia**

O método etnográfico desenvolvido a partir da observação de sociedades tribais e de grupos isolados tem como base a procura das alteridades (FONSECA, 2004), uma vez que na busca do outro encontra-se a si mesmo (GROSSI, 1992). Sigo a partir de então a proposta de Claudia Fonseca (1999), em que o método etnográfico é o desdobramento de cinco etapas: 1. Estranhamento (acontecimento no campo); 2. Esquematização (dos dados empíricos); 3. Desconstrução (dos estereótipos preconcebidos); 4. Comparação (com exemplos análogos da literatura científica) e 5. Sistematização do material em modelos alternativos. Para alcançar o objetivo proposto, recorrerei à etnografia, que consistirá da articulação entre a observação participante (imersão em campo) com dados estatísticos e entrevistas semi-estruturadas, além da análise de dados em forma de diários de campo. Os dados estatísticos utilizados são buscados diretamente com os movimentos sociais e ativistas dos grupos, como a Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT), esses que monitoram seus representantes mais de perto, além de notícias sobre a participação de LGBT, uma vez que esses não são descritos nas estatísticas oficiais do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Os dados analisarão os números tanto de candidatas e candidatos como de eleitas e eleitos bem como serão levados em conta dados qualitativos (transcrições de entrevistas e diários de campo) das campanhas políticas. As entrevistas, seguiram uma base semiestruturada, com perguntas voltadas ao contexto sócio-político-cultural que levou os interlocutores/candidatos e candidatas a disputa do pleito. Assim como os diários de campo, serviram de aporte na descrição dos detalhes que nortearam as duas eleições, trazendo discursos e simbologias utilizadas por esses grupos. Com isso será possível compreender o contexto do processo eleitoral de forma mais ampla e o contexto social de cada interlocutor do grupo, de forma específica.

## **Resultados**

Em 2014 as eleições no Brasil, foi uma das mais acirradas disputas para o cargo de presidente do país, onde levou ao poder Dilma Rousseff do Partido dos Trabalhadores (PT), para o

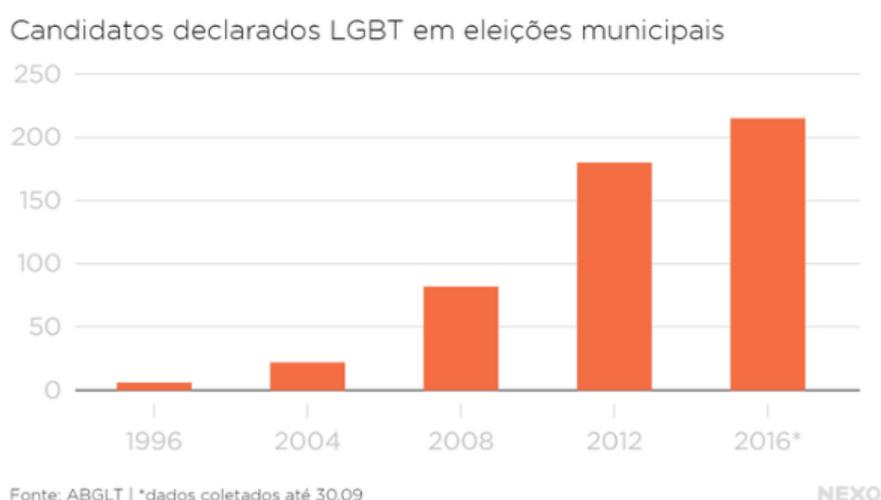
seu segundo mandato como presidenta. Questões de gênero, sexualidade e raça permearam toda a disputa, com alguns exemplos marcantes. No que tange a raça, essa eleição foi a primeira que contou com uma determinação do TSE de autodeclaração do/a candidato/a sobre sua cor/raça no registro da candidatura, apontando como escolha a classificação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) como brancos, pretos, pardos, amarelos e indígenas. Outro ponto importante foram as candidaturas de três mulheres para o cargo de Presidenta - Dilma Rousseff (PT), eleita no segundo turno, Marina Silva (PSB) e Luciana Genro (PSOL), o que levantou várias discussões de gênero durante o período de campanha. Temas como aborto, religião e sexualidade estiveram presentes em todos os debates, que foram calorosos e deixaram nítidos os discursos machistas de nosso mundo político, inclusive de violência psicológica contra candidatas, e a forma como o sexismo age na sociedade brasileira.

Com o intuito de eleger candidatos e candidatas que apoiavam publicamente a comunidade e as agendas LGBT, em 2014 foi criada a Campanha #voteLGBT, pelo grupo Igay, ao compreender a necessidade desse grupo subalternizado integrar o Congresso Nacional para pautar suas demandas. Entretanto diante da campanha, neste ano poucos candidatos e candidatas LGBT e Pró-LGBT se elegeram, e em somente alguns estados do Brasil. Segundo a ABGLT nas eleições de 2014, 61 candidatos do universo LGBT e aliados se comprometeram com as agendas LGBT, sendo: Deputado Estadual: 37 pessoas, destas 03 aliados e 13 não informaram sua expressão sexual. Deputado Federal: 19 pessoas, destas 07 não informaram sua expressão sexual. Senado: 02 pessoas, destas 01 aliado e 01 não informou a expressão sexual. Governador: 02 pessoas, destas 01 aliado e 01 não informou a expressão sexual. Presidência: 01 candidato aliado. Já o levantamento feito pela BBC Brasil a partir do cruzamento das candidaturas indicadas pelo movimento #voteLGBT, do total de 270 candidatos mapeados como favoráveis às pautas LGBT, 37 se elegeram. No entanto, diante dos considerados avanços nas candidaturas pró-LGBT, os candidatos Jair Bolsonaro (PP-RJ) e Marco Feliciano (PSC-SP), que lutam contra os direitos LGBT, e sustentam linhas conservadoras em seus projetos políticos, se elegeram a deputado federal com votação expressiva.

Já em 2016 ocorreram eleições estaduais e municipais, após dois anos de desgastantes protestos e manifestações nacionais de grupos pró-governo e anti-governo. Nessas eleições os dados estatísticos continuaram a ser obtidos pelos movimentos e Associações LGBT, pois na plataforma do TSE, os dados sobre expressão sexual dos candidatos e candidatas ainda não é solicitado no registro da candidatura. No bojo de todo esse caos político vivido no país, para os estudos sobre representatividade dos LGBT, segundo os dados levantados pela ABGLT após o resultado do

segundo turno das eleições de 2016, 38 candidatos LBGT ou “aliados LBGT” foram eleitos, dos 392 candidatos e candidatas que se candidataram neste ano. Desses, cinco conseguiram o cargo de prefeito e 33 conquistaram a vaga de vereador. Segundo a ABGLT, o PSOL foi o partido com mais candidatos LBGT e apoiadores, com 70 no total, o PCdoB (54) e o PT (53) vindo na sequência. Comparado a todas eleições anteriores, as eleições de 2016 foi a eleição com maior número de candidaturas LBGT e aliados/Pró-LBGT (Gráfico 1- Nexo Jornal), no entanto comparado as eleições de 2014, dentre os eleitos e eleitas o aumento não foi considerável, o que compreende a barreira existente entre o pleito e o sucesso eleitoral para os grupos subalternizados, resultado dos diferentes sistemas discriminatórios reproduzidos na política brasileira.

Gráfico 1 – Nexo Jornal



## Discussão

Como vimos, as eleições de 2014 foram presidenciais e em 2016 tivemos eleições municipais e estaduais, sendo essas últimas uma espécie de matriz para as demais. São nas eleições municipais que são refletidas as escolhas políticas locais que, para o jogo político, são importantes para o planejamento das eleições presidenciais subsequentes. O planejamento e tempo de política, para ativistas dos grupos subalternizados, se inicia na militância, dentro dos seus respectivos movimentos sociais e de base e em espaços de sociabilidade dos grupos. Para o TSE a disputa eleitoral é estabelecida a partir do período de campanha, o qual na última eleição (2016), após a minirreforma política de 2015, aconteceu durante 45 dias.

Segundo Pierre Bourdieu (1989), *“o partido tem como fim de trazer para a sua causa o maior número possível de refratários, não hesitando para alargar a sua base e atrair a clientela*

*dos partidos concorrentes*” (p. 184). Dessa forma, no processo eleitoral, não existe “pureza” nas táticas e estratégias adotadas por cada partido, principalmente quando se compara o campo político com um campo de batalha em que o objetivo central é a disputa pelo poder. Assim é difícil diferenciarmos as táticas e estratégias dos partidos de direita e esquerda no que tange a reprodução dos sistemas de discriminação, uma vez que para todos os partidos políticos o cálculo é baseado no sucesso eleitoral e não na defesa de agendas políticas de direitos de negras e negros, mulheres, LGBT, indígenas e deficientes. Apesar do maior contingente de candidatas e candidatos engajados com as lutas dos grupos subalternos está em partidos de esquerda, podemos observar que nas últimas eleições partidos de direita assumiram determinadas agendas consideradas de minorias, e tiveram incorporados/as em suas legendas candidatos/candidatas desses grupos subalternizados.

O heterossexismo parte dos sistemas supramencionados, normatiza as identidades, definindo padrões de comportamento, e é o grande opressor dos/as LGBT, por rejeitar as diferentes identidades de gênero e expressões sexuais dos sujeitos sociais. Para Judith Butler (2003), *a heterossexualidade imbricada nas relações de gênero é opressora, ao buscar criar uma unidade em torno do que é ser mulher e uma estabilidade entre sexo, gênero e desejo*. Portanto romper com esses sistemas de opressão é o que nos garante desconstruir os modelos hegemônicos já estabelecidos: brancocêntrico, heteronormativo, capitalista, patriarcal, xenofóbico e capacitista, que delinea a cena política brasileira.

Para muitas das/dos entrevistas e entrevistados no período de campanha, o movimento LGBT precisa de maior união, para que consigam eleger mais candidatos e candidatas do grupo, e assim combater o conservadorismo da política brasileira. Segundo Monique Top, Travesti candidata a Deputada Estadual pelo PSOL em São Paulo nas eleições de 2014, *“Precisamos eleger com urgência candidatos LGBTs, sejam eles quem for. Precisamos dar visibilidade à nossa causa e ter de fato uma representatividade política. É hora de deixarmos diferenças pessoais de lado e nos unirmos em prol de um bem comum. Os evangélicos fazem isso, precisamos aprender com eles ter essa união visando uma realização concreta. Passou da hora de termos voz, que os candidatos LGBTs que tiveram coragem de levantar essa bandeira sejam enfim apoiados por nossa comunidade”*.

A candidata a Vereadora pelo PSB em 2016 Paulete Furacão, pontua que *“Enquanto mulher trans e negra (...) eu sempre acreditei na mudança e na transformação e eu acho que nós estamos precisando trabalhar essa questão da diversidade, é trabalhar os grupos específicos, tirar essas pessoas da vulnerabilidade e construir uma nova sociedade. Eu acho que é isso que nós estamos*

*precisando. A um clamor social para que essas mudanças possam acontecer. Então eu acredito que essa agregação e a compreensão de que todos nós precisamos de políticas públicas efetivas, todos nós dentro das suas especificidades”.* Concordando com o posicionamento sobre união do movimento, além de sinalizar enquanto mulher trans e negra, a necessária interseccionalidade nas políticas públicas, quando fala de especificidades.

## **Conclusão**

Considero a sub-representação de grupos subalternizados na política como efeito de hierarquias sociais que visam a permanência de elites sociais e políticas no poder. O discurso da democracia racial, da igualdade de gênero e da meritocracia, por exemplo, não se materializam na participação política de sujeitos concretos, o que evidencia, o mito da democracia racial e que a dita “democracia” brasileira não oferece a todos os candidatos as mesmas condições para a disputa. Com o que já foi apresentado e baseada na literatura sobre o tema na teoria feminista e na antropologia, defendo que a política formal é lugar de expressão do machismo (COSTA, 1998), do racismo (cf. OLIVEIRA, 2007), da xenofobia (LIMA, 2010), da LGBTfobia (SANTOS, 2016) e do capacitismo (FERNANDES, FONSECA, SILVA; 2016). Por isso somente a partir de um olhar feminista, antropológico, interseccional e decolonial, pode-se compreender como agem as instituições políticas que reproduzem sistemas discriminatórios na participação política de grupos subalternizados na política formal.

## **Referências**

- ARVILI, María Belén et al. La Discapacidad en el Marco del Pensamiento Intelectual Latinoamericano: entrevista con Anahi Guedes de Mello. *Cadernos de Gênero e 14 Diversidade*, Salvador -ba, v. 2, n. 1, p.41-45, jul. 2016. Semestral. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/cadgendiv/article/view/20437/13050>>. Acesso em: 10 jan. 2017.
- BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989. p.165207. Tradução de Fernando Tomaz.
- BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- COLETIVO COMBAHEE RIVER, *Manifesto (1977)*. Disponível em: <<http://rodrigossilvadoo.blogspot.com.br/2013/11/declaracao-do-coletivo-combahee-river.html>>

CRENSHAW, KIMBERLÉ. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171-188, jan. 2002. Disponível em

<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104026X2002000100011&lng=pt&nr\\_m=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104026X2002000100011&lng=pt&nr_m=iso)>. Acesso em: 09 jan. 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-026X2002000100011>.

FERNANDES, Felipe Bruno Martins ; MONTEIRO, A. A. ; SILVA, S.S.J. Manifestações de Gênero nas eleições brasileiras de 2014: uma análise das candidaturas à presidência. CONINTER 3 - Congresso Internacional Interdisciplinar em Sociais e Humanidades. Universidade Católica do Salvador. Salvador – Ba, Out. 2014.

FERNANDES, Felipe Bruno Martins; FONSECA, Bárbara Silva da; SILVA, Shirlei Santos de Jesus. A Participação de Pessoas com Deficiência na Política: entrevista com Cristina Gonçalves. Cadernos de Gênero e Diversidade, Salvador/BA, v. 2, n. 1, p.36-40, jul. 2016. Semestral.

Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/cadgendiv/article/view/20428/13008>>.

FONSECA, Claudia. Família, fofoca e honra: etnografia de relações de gênero e violência em grupos populares. 2.ed. - Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004. \_\_\_\_\_ Quando cada caso NÃO é um caso: pesquisa etnográfica e educação. Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, ANPED, n. 10, p. 58-78, jan./abr. 1999.

GROSSI, Miriam Pillar. Na busca do "outro" encontra-se a "si mesmo". In: GROSSI, Miriam Pillar et al (Org.). Trabalho de Campo e Subjetividade. Florianópolis: Claudia Lago, 1992. Cap. 1. p. 7-18.

KUSCHNIR, Karina. Eleições e Representação no Rio de Janeiro. Coleção Antropologia da política, v.8. Rio de Janeiro: Relume Dumará: UFRJ, Núcleo de Antropologia da Política. Cap.1. p. 17- 32.1999.

LIMA, Antônio Carlos de Souza. Povos indígenas no Brasil contemporâneo: de tutelados a organizados?. In: C. N. I. de Sousa A. C. de Souza Lima; F. V. R. de Almeida & M. H. O. Matos (orgs.), Povos indígenas: projetos e desenvolvimento, II. Brasília e Rio de Janeiro: Paralelo 15/ GTZ/ Laced-MN-UFRJ. p. 60-80, 2010.

LORDE, Audre. There Is No Hierarchy of Oppressions. Homophobia and Education. New York: Council on Interracial Books for Children, 1983.

OLIVEIRA, Cloves Luiz Pereira. A Inevitável Visibilidade da Cor: Estudo comparativo das campanhas de Benedita da Silva e Celso Pitta às prefeituras do Rio de Janeiro e de São Paulo, nas eleições de 1992 e 1996. 2007. 448 f. Tese (Doutorado) - Curso de Ciência Política, Instituto

Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007. Disponível em:

<[http://opiniaopublica.ufmg.br/site/files/biblioteca/BV-DOC-](http://opiniaopublica.ufmg.br/site/files/biblioteca/BV-DOC-MKCClovesLuizAinevitavelVisibilidade.pdf)

MKCClovesLuizAinevitavelVisibilidade.pdf>. Acesso em: 28 dez. 2016.

SANTOS, Gustavo Gomes da Costa. Sexual diversity and electoral politics: Transgender candidates in Contemporary Brazil. *Sex., Salud Soc.* (Rio J.), Rio de Janeiro, n. 23, p. 5896, ago. 2016.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Pode o subalterno falar?* 1. ed. Trad. Sandra Regina Goulart Almeida; Marcos Pereira Feitosa; André Pereira. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.

### Fontes Consultadas

INSTITUTO Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo 2010. Disponível em: <

<http://censo2010.ibge.gov.br/resultados.html>> Acesso em: 27 de Setembro de 2016

TRIBUNAL Superior Eleitoral. Estatísticas Eleitorais 2016. Disponível em:

<<http://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/estatisticas-eleitorais-2016>> Acesso a partir: 31 de Agosto de 2016.

Grupo lança campanha #VoteLGBT para aumentar votos para causa gay. Disponível em:

<<http://igay.ig.com.br/2014-09-08/grupo-lanca-campanha-votelgbt-para-aumentar-votos-para-causa-gay.html>> Acesso a partir: 20 de Dezembro de 2015.

Eleições 2014: Associação divulgou lista de candidatos proLGBT. Disponível em:

<<http://www.doistercos.com.br/eleicoes-2014-associacao-divulgou-lista-de-candidatos-prolgbt-confira/>> Acesso a partir: 20 de Dezembro de 2015.

País teve 38 candidatos "LGBT ou aliados" eleitos em 2016, aponta ONG. Disponível em:

<<http://www.ebc.com.br/noticias/politica/2016/10/pais-teve-38-candidatos-lgbt-ou-aliados-eleitos-em-2016-aponta-ong>> Acesso a partir: 06 de Fevereiro 2017.

Os candidatos declarados LGBT são 0,04%. É o maior índice desde 1996. Disponível em:

<<https://www.nexojornal.com.br/expresso/2016/09/30/Os-candidatos-declarados-LGBT-s%C3%A3o-004.-%C3%89-o-maior-%C3%ADndice-desde-1996>> Acesso a partir: 06 de Fevereiro de 2017.